

# TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS E AS REGIONALIZAÇÕES OFICIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO <sup>1</sup>

## GOVERNMENTAL INSTITUTION PATHS AND THE OFICIAL REGIONALIZATIONS OF RIO DE JANEIRO STATE

**Pedro Paulo Biazzo**

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense

Professor do Departamento de Geografia do Colégio Pedro II. Contato: ppbiazzo@ig.com.br

**Resumo:** Para compreender o desenvolvimento regional de modo abrangente e consistente, sem distinguir e isolar regiões específicas, o tema da regionalização emerge como problema essencial. As particularidades de diversas regiões, vistas de modo relacional, podem ser variavelmente enxergadas através desse instrumento técnico que, por sua vez, é utilizado conforme contextos políticos e institucionais. No entanto, para pensar o desenvolvimento regional e a regionalização, cabe em primeiro lugar questionar: quem os promove? Quais foram e quais são os órgãos de governo que trabalharam para estabelecer a regionalização e para viabilizar sua utilização? Este artigo, parte integrante de pesquisa de doutorado em andamento, tem como objetivo reconstituir a genealogia institucional, federal e estadual, de órgãos estatais voltados à Geografia e à Estatística, que realizaram estudos basilares para divisões regionais em vigor e/ou as utilizaram em programas de desenvolvimento regional no Estado do Rio de Janeiro. Paralelamente à trajetória institucional reconstituída procurou-se apontar brevemente as concepções de região que fundamentaram as regionalizações oficiais utilizadas por cada um dos órgãos públicos envolvidos. Como primeiro resultado, elaborou-se esquema genealógico composto por 16 instituições.

**Palavras-chave:** Instituições Governamentais; Regionalização; Estado do Rio de Janeiro.

**Abstract:** In order to understand the regional development of a comprehensive and consistent manner, without distinguish and isolate specific regions, the issue of regionalization emerges as a key problem. The particularities of the various regions, seen in a relational way, can be variably addressed through this technical instrument which, in turn, is used according political and institutional contexts. However, to think regional development and regionalization, it is primarily relevant to put the question: who promotes them? What were and what are the government agencies that worked to establish the regionalization and to allow its use? This article, part of doctoral research in progress, aims to reconstruct the institutional genealogy from state agencies focused on Geography and Statistics, which conducted fundamental studies for regional divisions in force and / or used in regional development programs in the

---

<sup>1</sup> Pesquisa em andamento, iniciada no ano de 2011, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, sob orientação do Prof. Rogério Haesbaert, a quem se registra especial agradecimento. O autor agradece, também, aos professores Sergio Nunes Pereira e Ivaldo Lima pela inestimável contribuição a esse estudo; ao Professor Jorge Barbosa, coordenador do PosGeoUFF; a Sabrina e Gabriel, da Secretaria do PosGeoUFF; a todos da turma de doutorado 2011; aos integrantes do NUREG; ao Colégio Pedro II / Departamento de Geografia, pela concessão de afastamento para estudos no 1º semestre de 2012; a todos os bibliotecários e técnicos federais e estaduais que contribuíram até o momento; e a Ana Beatriz Mendonça pela revisão.

State of Rio de Janeiro. Alongside the reconstituted institutional trajectory, it attempts to point out briefly the concepts of region that supported official regionalization employed by each of the agencies involved. As a first result, a genealogical scheme was elaborated, comprising 16 institutions.

**Keywords:** Government Institutions; Regionalization, State of Rio de Janeiro.

*Se não existisse nenhuma relação causal entre os diferentes pontos da Terra [Erdstellen], e se os diferentes fenômenos fossem independentes um do outro em um mesmo ponto da Terra [Erdstelle], não seria necessária nenhuma concepção corológica particular. Já que, contudo, existem tais relações que não são concebidas de modo algum ou apenas acessoriamente pelas ciências sistemáticas e pelas históricas, é necessária uma específica ciência corológica da Terra ou da superfície terrestre.*

*Alfred Hettner, 1927.*

## 1. Introdução

Escrita há quase cem anos atrás e retirada do texto recentemente republicado *A Essência e as Tarefas da Geografia* (HETTNER, 2011), a epígrafe contém singela ironia: a concepção de Geografia como ciência corológica de Hettner, orientada ao estudo das particularidades espaciais é, ela própria, segundo o autor, o que particulariza a Geografia frente às demais ciências. Insuficientemente compreendida até hoje, mesmo entre geógrafos, tal perspectiva, contudo, originou desdobramentos teórico-metodológicos significativos capazes de fundamentar, em conjunto com a contribuição de diversos outros estudiosos, a continuidade de debates acerca da região e de processos de regionalização.

Mas para se pensar o Brasil do presente e do futuro, a região e a regionalização continuam úteis? Deixaram de ser e poderão voltar a sê-lo? A opção por tão cedo enunciar tais questionamentos se refere ao caráter do presente texto, que visa promover diálogos sobre o caminho até o momento traçado e sobre as perspectivas para pesquisa de doutorado em andamento, voltada aos limites e às potencialidades da regionalização como instrumento para o planejamento territorial no Estado do Rio de Janeiro.

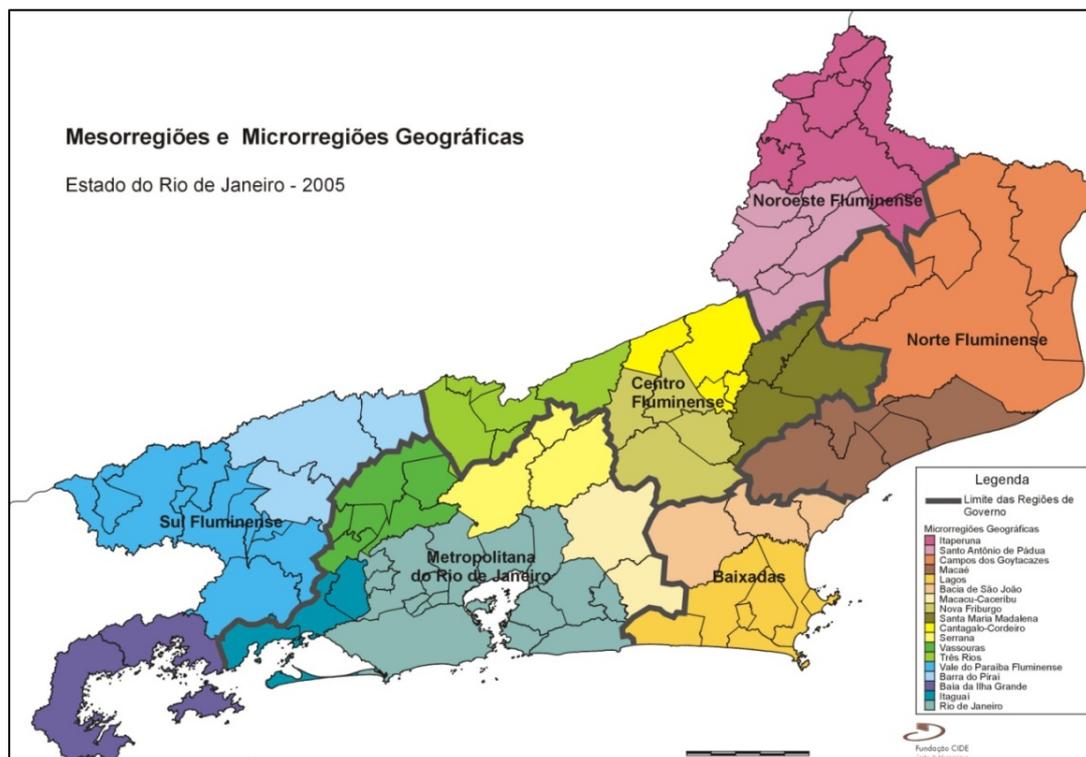
### 1.1 As Regionalizações em Vigor

Atualmente composto por 92 municípios, o território fluminense apresenta um renovado dinamismo e uma recuperação de sua importância em escala nacional, ambos relacionados principalmente às atividades de exploração e produção de petróleo na Bacia de Campos, situada na plataforma continental. Muitos dos recursos e atividades direta e indiretamente

vinculados a este setor produtivo no território estadual vêm motivando transformações nos “sistemas de movimento” (SANTOS e SILVEIRA, 2001), dentro dos quais se destacam novos fixos, como instalações portuárias e industriais. Cabe citar especialmente o Arco Metropolitano, os portos do Açú e de Itaguaí, além do Comperj, entre outros projetos envolvendo as iniciativas pública e privada. Se a cidade do Rio de Janeiro vem sendo cada vez mais aludida em associação aos grandes eventos que nela se realizam, o Estado do Rio tornou-se fortemente marcado por grandes empreendimentos que nele se situam. Esse dinamismo econômico e territorial reforça a necessidade de atualização de planos de desenvolvimento que considerem as singularidades de distintos municípios no território fluminense e que incorporem a “dimensão territorial do planejamento”, claramente explicitada no Plano Plurianual 2012-2015, organizado pela Secretaria de Planejamento e Gestão do governo estadual (SEPLAG, 2011, p. 55). Tal dimensão conduz diretamente à possibilidade de revisão das atuais divisões regionais utilizadas pela administração pública.

Na atualidade, encontram-se em vigor duas regionalizações oficiais do Estado do Rio de Janeiro, ambas organizadas basicamente através do agrupamento de municípios. A primeira delas (Mapa 1) se insere na regionalização mais ampla, promovida em escala nacional pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que desde 1989/90 estabeleceu a divisão do território brasileiro em Micro e Mesorregiões Geográficas (IBGE, 1990a).

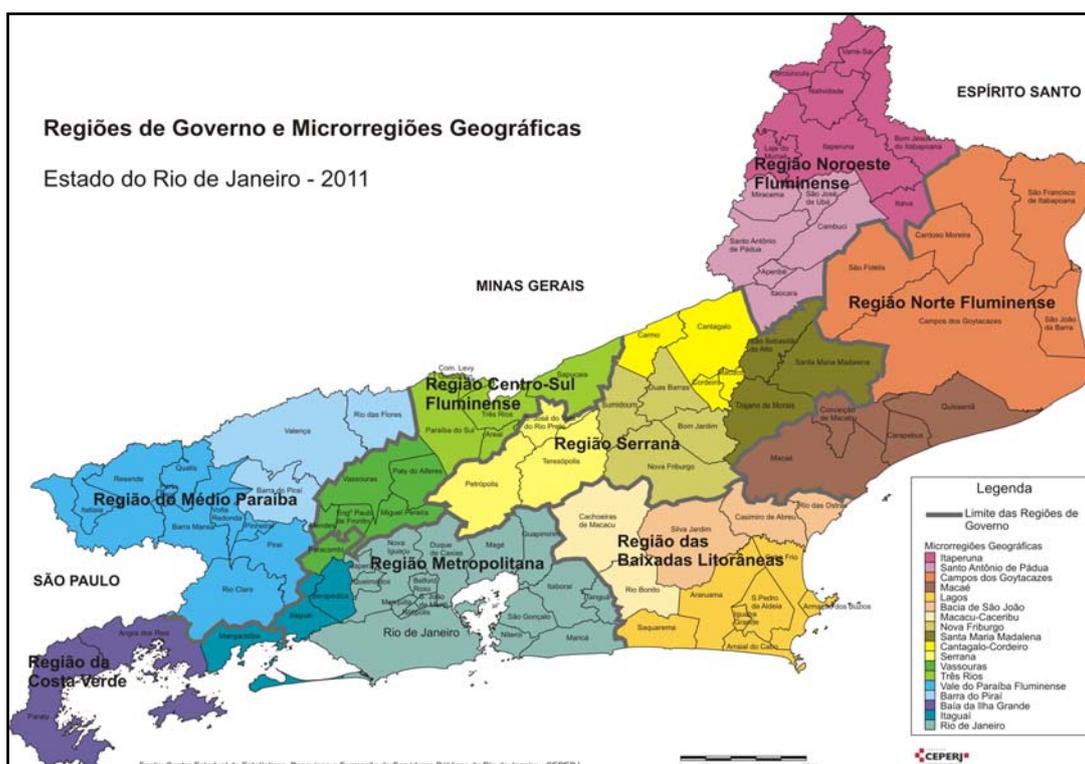
**Mapa 1 – Divisão Regional Atual do Estado do Rio de Janeiro Segundo o IBGE**



Fonte: Fundação CIDE. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2005.

A segunda (Mapa 2), foi oficializada em 1987 pela Secretaria de Estado de Planejamento e Controle (SECPLAN, 1987) e dividiu o território fluminense em oito “Regiões de Planejamento e Ação de Governo”. Posteriormente, a antiga Fundação Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro (CIDE), que embora não tenha sido responsável por sua elaboração, passou a utilizar essa regionalização, denominando as mesmas oito regiões como “Regiões de Governo”.

**Mapa 2 – Divisão Regional Atual do Estado do Rio de Janeiro Em Uso pela Fundação CEPERJ**



Fonte: Fundação CEPERJ. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2011.

Incorporada em 2009 pela nova Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), a Fundação CIDE, pouco antes de ser extinta, ainda emitiu documento para atualizar a caracterização de cada Região de Governo e indicar a necessidade de rever a regionalização após mais de vinte anos em uso (FUNDAÇÃO CIDE, 2009). Uma proposta - não oficializada - para nova divisão regional fluminense em âmbito estadual pode ser encontrada, por sua vez, em artigo publicado dois anos antes (FUNDAÇÃO CIDE, 2007), que procura refletir o revigorado dinamismo econômico do território fluminense, além de conferir maior centralidade a aspectos ambientais.

## 1.2 O Caráter das Divisões Regionais em Foco

Como primeiro passo para demarcação do universo da pesquisa, há que se relembrar, com base em Corrêa (1987), Bezzi (2004) e Haesbaert (2010), a distinção entre divisões regionais em área e estudos regionais (ou de área de influência), baseados em redes. As primeiras definem espaços de contiguidade, enquanto os segundos, espaços polarizados estruturados por funções e fluxos. Embora distintos, não são excludentes e é de seu entrecruzamento que resultam alguns dos processos de regionalização mais complexos e abrangentes.

Contudo, dentre ampla gama de perspectivas quanto a procedimentos de diferenciação, hierarquização e classificação espaciais para delimitação de regiões, tão caros à ciência geográfica, aquelas a serem consideradas nesta pesquisa dizem respeito exclusivamente a divisões regionais baseadas no agrupamento de unidades político-administrativas (os municípios), engendradas pelo Estado através de instituições/órgãos voltados ao planejamento territorial, sejam federais ou estaduais.

Nesse sentido, pelo fato de que todas as regiões aqui abordadas sejam “agregados espaciais”, trata-se de regionalizações nas quais predominam os princípios de “uniformidade espacial” sobre os da “coesão espacial”, em abordagens mais “zonais” do que “reticulares” (HAESBAERT, 2010). Abordagens capazes de retratar, sobretudo, fenômenos contíguos e orientar ações de planejamento em área – nesses casos, para grupos de municípios. Como se verá adiante, das 5 divisões regionais oficiais utilizadas no Estado do Rio de Janeiro desde 1943, as quatro mais recentes resultam de um entrecruzamento desses dois distintos e complementares princípios para regionalização, embora ainda assim predominem claramente as bases zonais e contíguas.

Desse modo, não estão em foco, aqui, aquelas divisões regionais exclusivamente funcionais e/ou polarizadas, voltadas a fluxos, à mobilidade, configurando unidades espaciais reticulares e sobrepostas, que ficaram amplamente conhecidas como as “regiões de influência das cidades”. Em estudos publicados pelo IBGE em 1972, 1987, 1997 e 2007, essas regionalizações baseadas em polos e redes se mostraram extremamente úteis a inúmeras ações de planejamento estatal mas, ainda assim, não foram as oficializadas pela legislação.

Por “oficiais” entenda-se as divisões regionais legalmente reconhecidas e que embasam a apresentação de estatísticas ao conjunto da sociedade, ou seja, aquelas que, desde meados do século XX, compõem o agrupamento formal para tabulação de dados populacionais, indicadores econômicos e sociais, seja de levantamentos universais (os censos demográficos

realizados a cada dez anos), seja de pesquisas por amostragem, realizadas pelos órgãos voltados à Geografia e à Estatística nacionais e estaduais.

Vale destacar, ainda, um aspecto crucial para uma verdadeira compreensão quanto à relevância do tema: por um lado, os dados estatísticos fornecem subsídio a análises regionais que, por sua vez, tornam possível o entendimento de dinâmicas diferenciadas em parcelas de variável abrangência no território brasileiro; por outro lado, esses mesmos dados são agrupados a partir da divisão regional oficial. É ela que fornece o enquadramento para a coleta primária de informações. Embasa, ainda, a apresentação de tais informações em anuários estatísticos nacionais e estaduais, em planos plurianuais para ações de governo e em outras várias publicações, não exclusivamente governamentais, mas também acadêmicas e de entidades civis. Assim, legitima, consolida e, mesmo, “institucionaliza” cada região como um recorte geográfico socialmente aceito e acreditado, tal como demonstra Paasi (1990).

### 1.3 Instituições Por Trás da Regionalização: objetivo e metodologia

De retorno às duas regionalizações em vigor, agrupam os municípios fluminenses em 18 unidades microrregionais. Contudo, em escala mesorregional, essas regionalizações federal e estadual apresentadas, respectivamente, nos mapas 1 e 2, não são coincidentes: o IBGE desde 1990 define 6 Mesorregiões Geográficas e a Fundação CEPERJ trabalha com 8 Regiões de Governo. Diante dessa diferenciação, cabe questionar: quais as origens institucionais e científicas das duas regionalizações oficiais? Elas de fato orientam a distribuição de investimentos públicos e condicionam, por exemplo, as infraestruturas de transportes e comunicações, ou as redes de moradia, saúde, segurança e educação no Estado do Rio de Janeiro?

Considerando que os dois questionamentos acima abarcam um campo de investigação demasiadamente abrangente, optou-se por iniciar essa pesquisa pelo primeiro, com um objetivo inicialmente mais bem delimitado, qual seja: reconstituir a genealogia institucional, federal e estadual, de órgãos estatais voltados à Geografia e à Estatística, que realizaram estudos basilares para divisões regionais em vigor e/ou as utilizaram em programas de desenvolvimento regional no Estado do Rio de Janeiro.

Paralelamente à trajetória institucional reconstituída, procurou-se começar a analisar as concepções de região e de regionalização que fundamentaram as regionalizações oficiais utilizadas por cada um dos órgãos públicos envolvidos.

Até o momento, a pesquisa esteve fundamentada principalmente na análise de documentos legislativos, documentos do IBGE, da antiga Fundação CIDE, da atual Fundação CEPERJ, e das também atuais SEPLAG (Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro), e SEDRAP (Secretaria de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca do Estado do Rio de Janeiro), com especial atenção para seu tratamento, encarados como fontes históricas.

Para tanto, a análise da documentação acerca da divisão regional precisa levar em consideração questões metodológicas levantadas por autores como Almeida (2000), sobre como os documentos da regionalização encaixam-se no perfil de “trabalhos oficiais”, demandados por níveis hierárquicos superiores aos técnicos que os realizam; como Le Goff (1994), que aprofunda reflexões acerca da definição de “documento histórico”; e como Foucault (1987), que alerta a respeito do triplo caráter seletivo do documento que se utiliza na pesquisa, por parte de quem o produz, de quem o arquivava e de quem o faz ressurgir sob certo ponto de vista. Desse modo, pretende-se que os procedimentos metodológicos empregados não ocorram de maneira desvinculada de bases interpretativas próprias da teoria social crítica, a serem devidamente aliadas ao arcabouço teórico-conceitual mais específico da Geografia.

Contudo, para viabilizar a procura e o acesso às fontes, a aproximação aos técnicos atuantes nas instituições citadas tem consumido tempo e energia consideráveis. Uma vez contactados os bibliotecários e demais servidores, trava-se primeiro conhecimento a respeito de acervos e de funções exercidas pelos profissionais em cada instituição, o que não garante acesso imediato à documentação procurada. Até o momento, foram realizadas entrevistas em questionário aberto, semiestruturado, com 6 geógrafas do IBGE e com 3 arquitetos, 1 jornalista, 1 economista e 5 geógrafos de distintos órgãos estaduais. As entrevistas têm cumprido papel complementar e trazido indicações bibliográficas interessantes, muitas de autoria daqueles que trabalham ou já trabalharam nas referidas instituições, outras dos autores acadêmicos que, em certo momento, interpretaram as regionalizações adotadas, em escala estadual ou nacional. Muitos geógrafos do IBGE, dentre os quais se destacam as figuras de Pedro Geiger, Roberto Lobato Corrêa e Aluizio Capdeville Duarte, cumpriram ambas as funções, ou seja, ao mesmo tempo em que participaram dos estudos para a regionalização, produziram contribuições acadêmicas que serviram de base aos mesmos ou que os reinterpretaram posteriormente.

## **2. As Divisões Regionais Oficiais do Estado do Rio de Janeiro: aproximação às concepções de cinco universos de análise**

Até o momento, as pesquisas em instituições e acervos, assim como as entrevistas tornaram possível, portanto, organizar um esquema genealógico (Esquema 1) composto de 16 órgãos federais e estaduais que, do final da década de 1930 até o presente, dedicaram-se a levantamentos de dados e estudos geográficos e que, por conseguinte, participaram de processos de regionalização e/ou utilizaram a regionalização oficializada por lei.

## 2.1 Uma Genealogia Institucional

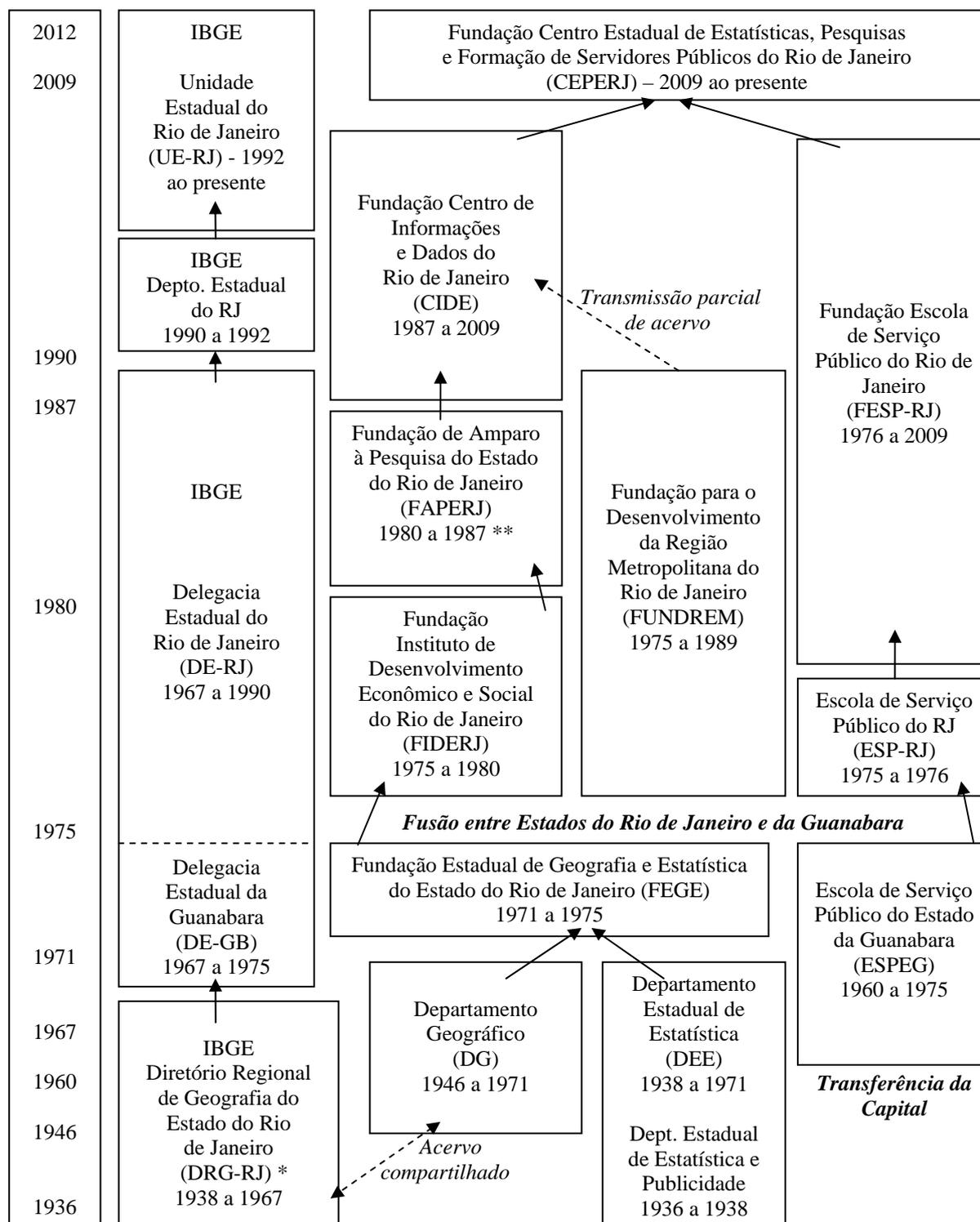
Para essa genealogia, o recorte temporal inicia-se ao final dos anos 1930, quando se constituíram o Diretório Central do Conselho Brasileiro de Geografia no Distrito Federal e todos os demais diretórios regionais de cada unidade estadual, nos quadros da instituição que poucos meses mais tarde passaria a se denominar de IBGE. O Diretório Regional de Geografia do antigo Estado do Rio de Janeiro (DRG-RJ), à época sediado em Niterói, serviu de base à constituição do Departamento Geográfico (DG), primeiro órgão estadual de Geografia que, juntamente com o antigo Departamento Estadual de Estatística (DEE), promoveram as primeiras pesquisas vinculadas à preocupação com a divisão regional nos quadros da administração pública fluminense, em constante interação com o IBGE.

O DG e o DEE representam o início de uma linha-mestra posicionada aproximadamente ao centro do esquema genealógico apresentado a seguir, organizado como “árvore” e a ser lido de baixo para cima. A união desses departamentos estaduais ocorreu em 1971, originando a FEGE (Fundação Estadual de Geografia e Estatística). Contudo, a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro em 1975 modificou novamente a organização da administração pública estadual. Assim, foram criadas a FIDERJ e a FUNDREM, cujas trajetórias igualmente abreviadas acabaram legando importantes acervos à FAPERJ no período 1980-87, e à Fundação CIDE, que existiu entre 1987 e 2009.

A montagem de todo este esquema genealógico considerou as transferências e incorporações de patrimônio (o que inclui acervo bibliográfico), indicadas pela legislação estadual e federal, bem como por anuários geográficos e estatísticos e por documentos variados pesquisados no IBGE, com destaque para boletins de serviço do Instituto.

As setas, desse modo, representam transmissão de acervos bibliográficos e documentais, um dos aspectos mais problemáticos da falta de continuidade e recorrente mudança na organização institucional, como se pretende detalhar mais adiante.

**Esquema 1 - Esquema Genealógico de Instituições Públicas Voltadas à Geografia e à Estatística no Território Fluminense**



\* DRG-RJ - Órgão federal sediado em Niterói e vinculado ao IBGE. Entre 1937 e 1960 o Distrito Federal do Rio de Janeiro abrigava o Diretório Central de Geografia do IBGE. Com a mudança da capital, entre 1960 e 1967 havia também o Diretório Regional de Geografia da Guanabara.

\*\* FAPERJ - Continua em atividade até o presente, sem as atribuições de organizar informações estatísticas e geográficas, como fora durante o período especificado.

Elaboração: Pedro Paulo Biazzo - NUREG / UFF, abril a junho de 2012.  
Fontes: Leis e Decretos Federais e Estaduais, Boletins de Serviço do IBGE e Anuários Geográficos.

A linha de tempo à esquerda no esquema encontra-se propositadamente distorcida. Não consiste em escala temporal, pois não mantém regularidade ou proporção em relação a intervalos de anos decorridos. Serve de referência, entretanto, por apresentar marcos de maior importância na genealogia, que dizem respeito a mudanças organizacionais na administração pública envolvendo, por vezes, o reenquadramento de instituições e a mudança de sua denominação; por outras, a extinção e a criação de novas; e, por fim, casos de incorporação de instituições.

Sendo assim, o esquema genealógico atesta, sobretudo, a descontinuidade institucional. Por outro lado, permite inferir o quanto essas tortuosas trajetórias legaram ao Estado do Rio de Janeiro um arcabouço de conhecimentos técnicos voltados ao ordenamento territorial em seus múltiplos aspectos, dentre eles a preocupação com a divisão regional.

As entrevistas realizadas com geógrafos, arquitetos e economistas de distintos órgãos na atualidade revelam que a transferência de profissionais de uma para outra instituição foi predominante, ainda que, por muitas vezes, indireta, ou seja: técnicos da FUNDREM, por exemplo, foram realocados em secretarias do governo estadual e, posteriormente, reposicionados como servidores da Fundação CIDE. Há técnicos da Fundação CEPERJ que trabalharam não somente na Fundação CIDE mas, também, na FAPERJ durante os anos 1980. Houve do mesmo modo relatos de transmissão de pessoal da FIDERJ para a FAPERJ, assim como intercâmbio de técnicos e gestores entre a FUNDREM e o IBGE. Casos correlatos mais antigos encontram-se registrados com frequência em relatórios anuais de atividades do Departamento Geográfico e do Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro, instituições que, na década de 1950, chegaram a ser presididas por uma mesma pessoa – o Engenheiro Luiz de Souza, assinante de quase a totalidade dos relatórios entre 1948 e 1965, período em que foi publicado o Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro.

Por trás dessa estrutura institucional tão frequentemente alterada há as secretarias estaduais, outrossim redenominadas e transformadas conforme mandatos e composições de interesses político-partidários. Durante as décadas de 1940 a 60, por exemplo, a secretaria a que se subordinavam o DG e o DEE era a de Viação e Obras Públicas. Entre os anos 1970 e 90, FIDERJ e FUNDREM foram “entidades de apoio técnico à Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Governadoria do Estado” (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1975a). FAPERJ e CIDE, por sua vez, tiveram relações com a Secretaria de Planejamento e Controle – SECPLAN. Na atualidade, a Fundação CEPERJ é parte da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG. Contudo, uma pesquisa acerca dessa estrutura mais abrangente seria

própria das áreas de Administração Pública e de Ciência Política, escapando aos limites do estudo aqui proposto <sup>2</sup>.

## 2.2 Do Conselho Nacional de Geografia ao Departamento Geográfico do Estado do Rio de Janeiro

Concebida como instrumento técnico voltado à organização do território, a regionalização possui origens europeias e norte-americanas mais recentes que as do moderno conceito de região em si e que remontam às primeiras décadas do século XX, tal como indicado por Lencioni (1999). Tornou-se evidente no Brasil em meio aos anos 1930, contexto de centralização política do Estado Novo e de criação do IBGE - cuja missão institucional inclui, até hoje, a divisão regional como um de seus principais focos.

Formado a partir das iniciativas do estatístico Teixeira de Freitas e da atuação dos ministros Juarez Távora e Francisco Campos junto ao Presidente Getúlio Vargas, o Instituto Nacional de Estatística (INE) originou o Conselho Brasileiro de Geografia (CBG) em 1937. Foram redenominados, respectivamente, de “conselhos nacionais” (CNE e CNG) em 1938 através da mesma lei que criou o IBGE (BRASIL, 1938), com o objetivo de uniformizar a designação dos órgãos deliberativos do novo Instituto.

Como descreve Penha (1993), no esquema estrutural do sistema de serviços geográficos do CNG constavam um Diretório Central, situado na capital da República e os diretórios regionais, estabelecidos em todas as capitais estaduais e compostos por servidores federais e estaduais. Desse modo, o Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro (DRG-RJ), constituído em 1938 e com sede em Niterói, representou o elo entre o Conselho Nacional de Geografia do IBGE e o governo fluminense, servindo de base à criação do primeiro órgão estadual de Geografia, o Departamento Geográfico, em 1946 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1946). O DG era, então, incumbido de planejar e executar os serviços técnicos relacionados com as atividades do DRG-RJ.

Pouco antes da criação do DG, em 1945 a Assembleia Geral do CNG baixa resoluções contendo versão aprimorada de sua primeira proposta de divisão regional do Brasil <sup>3</sup>, agora

---

<sup>2</sup> É preciso mencionar, ainda, que ESPEG, ESP-RJ e FESP-RJ, encontradas à extrema direita do Esquema 1 não estão no foco principal da pesquisa, por não se voltarem à Geografia e à Estatística, mas figuram na genealogia pela composição da atual Fundação CEPERJ.

<sup>3</sup> Desde o contexto da centralização política do Estado Novo, no decorrer das décadas de 1930 e 1940, a divisão territorial (político-administrativa) e a divisão regional passaram a ser normatizadas e incluídas em documentos legislativos. A primeira divisão regional oficializada por lei foi elaborada pelo Ministério da Agricultura e adotada pelo Conselho Nacional de Estatística para elaboração de anuários estatísticos e para o Censo de 1940

estruturada em 4 níveis: as Grandes Regiões, agrupando estados; as Regiões, incluindo municípios não necessariamente pertencentes a um mesmo estado; as Sub-Regiões, agrupando municípios restritos a uma mesma unidade estadual (em escala que, desde os anos 1970, passou-se a considerar “mesorregional”); e as Zonas Fisiográficas que, por sua vez, são correlatas às unidades regionais convencionalmente denominadas de microrregiões desde 1970. Conforme apontam Magnago (1995) e Bezzi (2004), essa divisão regional foi concebida a partir da escola determinista da Geografia, em abordagem empirista baseada nos elementos naturais – à época mais referidos como “quadro físico”. Foi utilizada para os censos de 1950 e 1960 e amplamente incorporada aos currículos escolares de Geografia da época.

Nessa primeira regionalização detalhada do território brasileiro, o Estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal estavam incluídos nas regiões do Litoral e da Encosta, dentro da Grande Região Leste. Os seus municípios encontravam-se agrupados em 4 sub-regiões e 9 zonas fisiográficas (IBGE, 1950). Tal foi a divisão regional oficial utilizada não somente pelo DG, mas pelo Departamento Estadual de Estatística (DEE), até a extinção de ambos em 1971. Publicavam anuários com estudos e tabelas organizados em conformidade com as zonas fisiográficas fluminenses promovendo, em conjunto com os órgãos do IBGE, grande volume de pesquisas relacionadas ao conhecimento do território e à divulgação de informações sobre o mesmo. No Anuário Geográfico, por exemplo, que chegou a ter tiragem de mil exemplares, diversos estudos eram inéditos e outros consistiam em republicação de artigos encontrados no Boletim Geográfico e na Revista Brasileira de Geografia do IBGE.

O DG continha em seus quadros sobretudo engenheiros, geógrafos, arquitetos e desenhistas. Sua estrutura interna trazia algumas “divisões”. A “Divisão da Carta” promovia levantamentos toponímicos, elaboração de cartas topográficas e de mapas estaduais em escalas progressivamente mais detalhadas. Por estar subordinado à Secretaria de Viação e Obras Públicas, o DG contratava mais de 120 diaristas para obras, a maioria delas vinculada à “Divisão Sanitária e de Urbanização”, voltada à preparação e execução de planos urbanísticos na maioria dos municípios fluminenses. Continha também uma “Comissão de Terras” dedicada ao estabelecimento de colônias agrícolas em terras devolutas, além de um valiosíssimo “Serviço de Documentação” com biblioteca, mapoteca, fototeca e arquivo corográfico. Os registros de tais informações e de todas as suas atividades encontram-se nos

---

(MAGNAGO, 1995). Tratou-se de divisão em escala macrorregional, que agrupou unidades estaduais. Mas logo foi substituída pela de 1942, derivada de estudos realizados já no âmbito do IBGE e proposta pelo geógrafo Fábio de M. S. Guimarães (GUIMARÃES, 1941).

relatórios do Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro (1948-1965), em período onde havia interação entre os órgãos estaduais e federais com grau de intensidade jamais recobrado até hoje.

### 2.3 Mudanças Institucionais, as Micro e Mesorregiões Homogêneas e a Primeira Regionalização Estadual no Contexto da Fusão

Como já analisado por autores como Almeida (2000) e Bomfim (2010), as transformações na organização do Estado brasileiro e mudanças significativas no contexto político, da passagem do Estado Novo ao Regime Militar, estão na origem da reestruturação do aparato tecnoburocrático envolvendo o IBGE. Tais mudanças se refletiram nos órgãos estaduais fluminenses, a começar pela transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília em 1960, seguida não de uma fusão, como tantos segmentos da sociedade defendiam à época, mas da criação do Estado da Guanabara no território correspondente ao atual município do Rio de Janeiro.

Almeida (2000) indica em sua tese que já no período de 1961 a 1964, em meio à turbulenta passagem do governo Jânio Quadros a João Goulart, e ao Regime Militar, o tema do planejamento entre os geógrafos começa a ser submetido a uma reciclagem e a ganhar maior importância, diante da rapidez e da intensidade da urbanização no país. Paulo Bomfim complementa:

Em nenhum outro período da história brasileira recente, a ideia de desenvolvimento econômico-social se revestiu de um caráter eminentemente territorial como nos anos que se sucederam a 1964. Equipar o território através de planos ambiciosos, cuja intenção era coordenar os passos da produção do espaço nacional, fez parte do planejamento estatal desse período da história brasileira (BOMFIM, 2010, p. 332).

Ainda segundo os dois autores, o caráter territorial do desenvolvimentismo da época se exprime mais fortemente nos anos 1970, com o I e o II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). Além dessa característica, cabe ressaltar que a maior parte do que se produziu no IBGE durante o período serviu de respaldo às práticas governamentais de então, fortemente voltadas à segurança e inevitavelmente a serviço de um regime que transformara seu poder de polícia em um aparelho repressivo e paralelo. A partir do golpe de 1964, o IBGE se depara com interventores militares, que reposicionam servidores em cargos de chefia/direção. Muitos técnicos que tiveram opção saíram do Instituto, sobretudo a partir de 1967, quando o IBGE deixa de ser autarquia e é transformado em fundação.

No ano anterior já se havia criado o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, pouco depois transformado em instituto (IPEA) e as funções e atribuições de geógrafos e estatísticos no IBGE se renovam também em face dessas alterações.

Agora como fundação e diante da necessidade de um novo estatuto, o IBGE é reorganizado: os Diretórios Regionais são transformados em Delegacias Estaduais. Assim, não somente o Diretório Regional de Geografia do Rio de Janeiro passa a ser Delegacia, como também é criada a Delegacia Estadual da Guanabara. Diretores de tais órgãos são substituídos, o que se reflete diretamente na alteração dos quadros de funcionários do Departamento Geográfico estadual, pois se tratavam de entidades fortemente vinculadas. O maior indicador quanto à mudança de atribuições e prioridades está no fim da publicação do Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro. Sua última edição se refere a 1964-65, preparada com recursos já limitados durante o ano de 1966<sup>4</sup>. A partir de 1967, portanto, o DG e o DEE entraram em processo de estagnação perante as incertezas advindas do contexto político e vieram a se fundir em 1971, originando a FEGE – Fundação Estadual de Geografia e Estatística do Rio de Janeiro (ESTADO DO RJ, 1971).

Ao mesmo tempo em que todas essas mudanças institucionais em âmbitos federal e estadual ocorriam, a movimentação em torno da rediscussão da divisão regional do Brasil era intensa. Os processos de industrialização e de urbanização nos anos 50 e 60 levaram os geógrafos do IBGE à incorporação de novas preocupações e metodologias, com objetivo de retratar a geografia nacional de modo mais atualizado (ALMEIDA, 2000).

Dessa necessidade surgiram estudos que resultaram na oficialização de uma nova divisão regional em 1970, com 2 universos escalares. Em primeiro lugar, foram definidas as cinco Grandes Regiões até hoje conhecidas no país, dentre as quais pela primeira vez se definia a Região Sudeste. A única significativa alteração nesta divisão regional se refere à criação do Estado de Tocantins em 1987, através da qual uma grande área territorial antes incluída no Centro-Oeste, passou a ser integrante da Região Norte.

Em segundo lugar, foram delimitadas as chamadas “microrregiões homogêneas”, que substituíram as antigas zonas fisiográficas como unidades regionais de menor abrangência territorial. Nos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara da época, tais microrregiões eram 14, por agrupamento de municípios vizinhos, utilizando-se como referencial as teorias dos lugares centrais e dos polos de desenvolvimento. A homogeneidade espacial de cada unidade

---

<sup>4</sup> O último número do Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro teve tiragem reduzida, abarcou período de dois anos e trouxe em seu índice menos da metade das contribuições científicas de todos os números precedentes, se encerrando com a republicação da extensa documentação histórica dos municípios e distritos fluminenses – trabalho reorganizado e atualizado nos anos 1990 pela Fundação CIDE.

microrregional era definida em função de critérios que incluíam aspectos físicos, distribuição demográfica, acessibilidade e organização das atividades econômicas (IBGE, 1968).

Essa regionalização foi complementada em 1976 pela divisão do Brasil em Mesorregiões Homogêneas, concebida dentro de parâmetros técnicos quantitativistas e da teoria geral dos sistemas, com o objetivo de conferir maior flexibilidade na escolha de “unidades observacionais” (IBGE, 1977). Foram definidas 87 mesorregiões no Brasil, das quais 5 encontravam-se no novo Estado do Rio de Janeiro, criado em março de 1975 através da fusão entre o antigo Estado do Rio e o Estado da Guanabara.

A fusão é importante capítulo na trajetória institucional que aqui se reconstitui e mereceria mais de um estudo a ela integralmente dedicado, com o intuito de se alcançar o necessário aprofundamento. Diante das limitações desta contribuição científica, vale mencionar que há extensa bibliografia voltada à compreensão e à problematização do processo da fusão e que se pretende incorporar, ao menos parcialmente, à tese em elaboração. Ainda assim, sua importância fica clara através da visualização do esquema genealógico apresentado, no qual se torna possível percebê-la como marco para a extinção da Delegacia Estadual da Guanabara, nos quadros do IBGE; da FEGE e da Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara (ESPEG); além de marco para criação da Escola de Serviço Público do Rio de Janeiro, um ano mais tarde transformada em fundação (FESP-RJ); da FIDERJ; e da FUNDREM.

O ano de 1975 é também o momento em que a geógrafa Lysia Bernardes, que possuía longa experiência no IBGE e que ao final dos anos 60 havia se transferido para o IPEA, aceita convite do Governador Floriano Faria Lima para trabalhar no governo estadual. Deste modo, paralelamente ao referido processo de regionalização complementar em escala meso promovido pelo IBGE, o governo fluminense, na confecção de um primeiro plano após a fusão, promoveu estudo para a primeira divisão regional efetivamente estadual. Surgiu o I PLANRIO (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1976), como ficou conhecido o documento que trazia extenso diagnóstico das condições socioeconômicas do novo Estado considerando, agora, a cidade do Rio de Janeiro como sua capital. A divisão regional definiu 6 Regiões-Programa, baseadas em uma estratégia de integração espacial com explícito objetivo de descentralização das atividades do setor público. Assim como a divisão em mesorregiões homogêneas do IBGE, esta regionalização estadual foi fundamentada em estudos de hierarquia urbana. Ambas são claros exemplos de entrecruzamento dos princípios de divisão regional em área e em rede apontados por Corrêa (1987) e por Haesbaert (2010),

onde a polaridade dos centros urbanos serve de base à definição de espaços contíguos a apresentar aspectos gerais de coesão e homogeneidade.

Desse modo, a partir de 1976 o Estado do Rio de Janeiro passou a ter duas divisões regionais oficiais, uma nos quadros da administração pública federal, outra estadual. As unidades micro e mesorregionais definidas pelo IBGE não coincidiam com as Regiões-Programa e com as Sub-Regiões-Programa delimitadas em âmbito estadual, ainda que se possa associá-las diretamente como esferas hierárquicas correlatas de regionalização.

#### *2.4 O Reforço da Distinção Metrópole-Interior, As Regiões de Governo e as Mesorregiões Geográficas: entre a FIDERJ e a FUNDREM; entre a Fundação CIDE e o IBGE*

A passagem dos anos 1970 aos anos 1980 e o decorrer desses últimos no Brasil foram marcados por novos problemas, agora relacionados às incertezas quanto à reabertura política e, sobretudo, à forte recessão econômica. Essa última é ponto-chave para a compreensão da realidade brasileira da época e da necessária redução de gastos por parte do Estado, que levou à diminuição de estruturas institucionais e de despesas nas áreas de planejamento.

Ainda sem as restrições orçamentárias mais significativas da década seguinte, no final dos anos 1970, o governo do novo Estado do Rio de Janeiro dirigiu esforços no sentido de subsidiar o ordenamento territorial da área mais densamente povoada e mais problemática do Estado, pela velocidade das transformações. Refletindo a macrocefalia urbana resultante dos fortes contrastes entre os municípios do entorno da Baía de Guanabara e os municípios do restante do território fluminense, a administração pública estadual passou a ter, em 1975, dois órgãos voltados à Geografia e à Estatística: a FUNDREM, para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), e a FIDERJ, para os municípios das demais Regiões-Programa, agrupadas sob a problemática denominação de “Interior Fluminense”<sup>5</sup>.

Deste modo, a FIDERJ dedicou-se ao estudo das realidades municipais, principalmente através da edição de importante série de cadernos sobre cada município fluminense, publicação de referência até hoje. A FUNDREM, por sua vez, voltou-se à cartografia dos

---

<sup>5</sup> Embora em alguns destes casos imprecisa do ponto de vista da localização geográfica, a expressão “Interior Fluminense” é largamente utilizada em estudos acadêmicos e carrega consigo significado intrinsecamente associado às relações campo-cidade. Sua conotação é a de oposição ao espaço da metrópole, o entorno da Baía de Guanabara, onde houve intensa urbanização e onde se situa o Rio de Janeiro, principal núcleo de poder econômico, político e cultural. Deste modo, apesar de compostas predominantemente por municípios litorâneos, as regiões da Costa Verde, das Baixadas Litorâneas e do Norte Fluminense são incluídas no “Interior”, claramente em tom alusório às funções adquiridas por tais espaços ao longo de seus processos de povoamento, e em suas relações com o espaço metropolitano.

núcleos urbanos metropolitanos para elaboração de novos planos diretores, assim como a estudos sobre usos do solo e loteamentos.

Mas, segundo depoimento de três dentre antigos servidores da FUNDREM e da FIDERJ entrevistados, já no governo Chagas Freitas (1979 a 1983), a preocupação territorial no planejamento começa rapidamente a perder força, assim como as iniciativas voltadas ao desenvolvimento regional. De modo geral, o material produzido por esses dois órgãos até hoje disponível é aquele gerado entre 1975 e 1983, pois muito do que se encontrava em processo de elaboração a partir de 83 fora perdido. Em 1980, ainda na gestão de Chagas Freitas, a FIDERJ foi incorporada à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), após lei estadual autorizando o Poder Executivo a extinguir e fundir entidades da administração indireta e de fundações. Inaugurou-se período de poucos recursos econômicos, durante o qual os estudos voltados à Geografia e à Estatística no âmbito do governo estadual se tornaram mais escassos, ainda que trabalhos de referência como o publicado em 1983 sobre urbanização do interior fluminense tenham envolvido numerosa equipe multidisciplinar de especialistas – e, segundo relatos, uma grande dose de voluntariedade - novamente sob a coordenação de Lysia Bernardes (FAPERJ, 1983).

Nas gestões de Leonel Brizola (1983 a 1987) e de Moreira Franco (1987 a 1991), a FUNDREM, por sua vez, foi mobilizada pelo assistencialismo e pelo imediatismo políticos. Seu acervo fora dispersado quando de sua extinção em 1989.

Acrescente-se a isso o problema crucial, até hoje mal debatido, acerca do recorte espacial da Região Metropolitana. A RMRJ com a qual a FUNDREM trabalhou era grupo de municípios que se havia originalmente selecionado no IBGE, em 1974, para estudar dinâmicas, definir critérios e, depois sim, indicar quais deles teriam as características relativas ao processo de metropolização – diversidade de produtos e serviços, grau de conurbação, áreas de influência de cada cidade, multiplicação de centralidades intra-urbanas, entre outros. O processo da fusão, em 1975, complicou a definição da RMRJ e esta inicialmente se constituiu de muito mais municípios do que de fato deveria – todos os municípios que se havia selecionado para o estudo. Até o presente o recorte da RMRJ, que vem variando bastante desde a década de 1970, é o mais diretamente mobilizado em função de interesses políticos municipais/estaduais relacionados à captação de verbas. De modo que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro não corresponde, de fato, à metrópole geográfica no entorno da Guanabara, assim como em diversos outros exemplos de regiões metropolitanas no Brasil.

Sendo assim, um novo período se inicia entre 1987 e 1989, especificamente entre o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do governo Moreira Franco, a criação da Fundação

CIDE e a extinção da FUNDREM. Doze anos depois do I PLANRIO, as Regiões-Programa foram substituídas pelas chamadas “Regiões de Planejamento e Ação de Governo”, a partir da aprovação do referido plano (SECPLAN, 1987). Essa nova divisão regional, até hoje em vigor, foi simplificada no que diz respeito ao modelo hierarquizado de sua predecessora e definida sem a apresentação de bases teórico-metodológicas explícitas. Foi acompanhada exclusivamente de caracterizações descritivas de cada região, aprimoradas em documentos posteriores elaborados pela Fundação CIDE (1997; 2009).

No mesmo ano de 1987, quando foram redefinidas regiões na esfera estadual, a Diretoria de Geociências do IBGE iniciou projeto para uma redivisão do Brasil em escalas meso e micro que servisse de base ao Censo 1990, adotando referencial teórico e metodologia fortemente diferenciadas dos processos de regionalização anteriores. Assim, em 1990 foram oficializadas as “Meso e Microrregiões Geográficas” (IBGE, 1990), em substituição às “Homogêneas”. Como aponta Magnago (1995), o materialismo histórico-dialético passou a ser o referencial teórico, de modo que as mesorregiões geográficas foram genericamente conceituadas com a seguinte descrição:

Entende-se por mesorregião uma área individualizada em uma Unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou (IBGE, 1990, p. 8) [grifos nossos].

A consideração de elementos determinantes, condicionantes e articuladores indica um significativo avanço teórico-metodológico, em grande medida relacionado às contribuições de Aluizio Capdeville Duarte e equipe durante os anos 1980 no IBGE (DUARTE, 1988). Consiste em esforço para compreender cada região como produto de dinâmicas ao mesmo tempo internas e externas a seus limites, tema aprofundado por autores como Haesbaert (2010), que também reflete acerca do conceito de região ao mesmo tempo como “fato” e como “artifício”. Como realidade e como construção intelectual. Em suma, como “arte-fato”.

Todavia, importa sublinhar que, no Estado do Rio de Janeiro, continuaram a haver diferenças quanto às regionalizações oficiais, federal e estadual, na escala meso: apenas duas Regiões de Governo são coincidentes com Mesorregiões Geográficas em delimitação e denominação (Norte e Noroeste fluminenses), de modo que, ao todo, 17 dos 92 municípios - quase 20% - encontram-se regionalmente inseridos de forma diferenciada ao se estabelecer uma sobreposição entre as duas divisões regionais, tornando ainda mais complexas as

tentativas de indicar identidades regionais no Estado, ainda em diálogo com a citação do documento do IBGE acima transcrita.

### **3. Considerações Finais: questões e perspectivas da pesquisa**

Ainda que passe por mudanças de concepção ao longo do tempo, a região será aqui compreendida como produto de um processo técnico (a regionalização político-administrativa), fundamentado em conjunto de critérios definidos de acordo com os objetivos de quem a promove. Contudo, as unidades regionais estudadas não apresentam, necessariamente, coesão e coerência, se enxergadas a partir de um ponto de vista teórico-metodológico atual e mais abrangente. Através dele, cabe definir a região como o espaço particular que emerge das relações multiescalares entre geral/global e singular/local (ALLEN et al, 1998). Essa visão aberta e interativa da região, interligada a universos escalares dela própria distintos, auxiliará no processo de releitura do caráter estratégico e das injunções de ordem política e econômica que possuem as cinco divisões regionais oficiais no Estado do Rio de Janeiro, utilizadas nos últimos 70 anos. Este é um dentre os aspectos a serem melhor considerados em breve na pesquisa e que, acredita-se, permitirá maior aprofundamento teórico e efetivo diálogo com as obras de autores já citados.

Perante a exposição até aqui realizada cabem, então, alguns questionamentos mais abrangentes, capazes de direcionar os esforços para continuidade da pesquisa: por que existem semelhanças em escala micro e diferenças em escala meso, entre as regionalizações do IBGE e dos órgãos do Estado do Rio de Janeiro? Quais são as dificuldades envolvendo o uso das regionalizações em vigor no território fluminense? No atual contexto, quais são os aspectos que matizam a pertinência da regionalização como instrumento para o planejamento territorial estadual e nacional, após mais de 70 anos como tema que recebeu tratamentos específicos em órgãos de governo voltados à geografia?

Em face do conjunto de questionamentos levantados, tornou-se possível construir o objetivo geral do projeto de tese em execução: discutir as possibilidades e as limitações dos processos de regionalização levados a efeito pelos organismos de Estado voltados ao planejamento territorial, a partir do exemplo do Estado do Rio de Janeiro, com base em uma abordagem multiescalar da Geografia.

Conforme delineado no projeto de pesquisa, avaliar as atuais perspectivas favoráveis e desfavoráveis que envolvem a utilização da regionalização como instrumento para o planejamento territorial requer que se considere: 1) as singularidades do Estado do Rio de

Janeiro no Brasil; 2) as geografias particulares no território fluminense; e, por fim, 3) as condições político-institucionais de que dispõem, hoje, o IBGE, as Secretarias Estaduais e a Fundação CEPERJ. Eis a relevância de se resgatar, minimamente, o arcabouço de conhecimentos produzido por órgãos desta “Geografia oficial” brasileira e fluminense, junto às trajetórias institucionais que conduziram ao contexto atual.

Em tempo, um dos graves problemas relacionados à pesquisa até o momento se refere à perda de documentação. O Serviço de Documentação do Departamento Geográfico, que funcionou entre 1946 e 1970, jamais foi reproduzido posteriormente com a devida importância em outros órgãos estaduais fluminenses. A FIDERJ, a FAPERJ, a FUNDREM, a Fundação CIDE contaram, e a Fundação CEPERJ ainda conta, com uma valiosa biblioteca, mas não tiveram recursos financeiros e humanos suficientes ou a garantia de espaços físicos apropriados a esse tipo de trabalho, o que provocou perda de documentos, dispersão de acervos durante sua transferência física, falta de espaços para seu adequado armazenamento e, até mesmo, queima de material entre os anos 1970 e 1980 descrita, com pesar, por entrevistados. Muito do que foi “salvo” dependeu de iniciativas individuais de servidores públicos estaduais preocupados com o possível prosseguimento de seu próprio trabalho. A permanência de um setor de documentação (e de memória) em instituições correlatas de outros estados como, por exemplo, São Paulo, garantiu continuidade à formação de acervos, conforme relatado por alguns dos técnicos e bibliotecários.

Por fim, além de investigar melhor as particularidades do (e no) território fluminense, ao se direcionar os esforços da pesquisa para autores que se dedicaram à compreensão do conceito de região e do instrumento dele derivado (a regionalização), talvez se possa, também, através da tese, acrescentar pequenina contribuição a uma das mais longas tradições do pensamento geográfico, referida por Livingstone (1992), como “o ritual da regionalização”. Tradição que nos remete, de modo regressivo, de Haesbaert a Duarte, de Duarte a Bernardes, de Bernardes a Rochefort e a Hartshorne, de Hartshorne a Hettner. Em linha sobreposta, de Guimarães a Delgado de Carvalho e a La Blache, de La Blache a Ritter. E ainda, com saltos e descontinuidades, de Ritter a Varenus... a Al Idrisi... a Estrabão.

## **Bibliografia**

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. **A Geografia e os Geógrafos no IBGE (1938-1998)**. 634f. Tese. (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro. Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2000.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região: Uma (Re)Visão Historiográfica** – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004. 292p.

BOMFIM, Paulo R. de A. Notas Sobre Geografia, Planejamento Regional e Desenvolvimentismo. In: BOMFIM, Paulo R. de A. e NETO, Manoel Fernandes de S. (Orgs). **Geografia e Pensamento Geográfico no Brasil**. São Paulo: Annablume/FFLCH-USP, 2010. p. 325-345. 346p.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1987. 93p.

DUARTE, Aluizio Capdeville. Regionalização – considerações metodológicas. **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro, v. 10, n. 20, p. 110-134, jan-jun 1980.

DUARTE, Aluizio Capdeville. O Conceito de Totalidade Aplicado à Identificação de Uma Região. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 99-106. abr-jun 1988.

FAPERJ. **Urbanização do Interior Fluminense**: análise dos aglomerados de pequeno porte. Rio de Janeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, 1983. 136p.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987. 412p.

FUNDAÇÃO CIDE. **Território**. Rio de Janeiro: CIDE, 1997. 80p.

FUNDAÇÃO CIDE. A Propósito de Uma Nova Regionalização para o Estado do Rio de Janeiro. **Revista de Economia Fluminense**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p.18-27. jul 2007.

GUIMARÃES, Fabio de M. S. Divisão Regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 318-373, abr-jun 1941.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto/EdUFF, 2002. 186p.

HAESBAERT, R. **Regional-Global**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 208p.

HETTNER, Alfred. A Essência e as Tarefas da Geografia. **GEOgraphia**. Niterói, v. 13, n. 26, p. 136-149. jul-dez 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas : Unicamp, 1994. 553p.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999. 215p.

LIVINGSTONE, David. **The Geographical Tradition**: episodes in the history of a contested enterprise. Oxford: Blackwell Publishing, 1992. 443p.

MAGNAGO, A. Alves. A Divisão Regional Brasileira – uma revisão bibliográfica. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p.65-92, out-dez 1995.

MOORE, Adam. Rethinking Scale as a Geographical Category: from analysis to practice. **Progress In Human Geography**. Manchester, v. 32, n. 2, april 2008. p. 203-225.

MOREIRA, Ruy. A Diferença e a Geografia: o ardil da identidade e a representação da diferença na geografia. **GEOgraphia**. Niterói, v. 1, n. 1, p. 41-58, jan-jun 1999.

PAASI, A. Deconstructing Regions: notes on the scales of spatial life. In: **Environment and Planning A**. Reino Unido, v. 23, p. 239-256, 1990.

PENHA, Eli Alves. **A Criação do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: CDDI/IBGE, 1993. 123p.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473p.

### Fontes Documentais e Legislativas

BRASIL. Decreto n. 218, de 26 de janeiro de 1938. Muda o Nome do Instituto Nacional de Estatística e do Conselho Brasileiro de Geografia. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, DF, 01 de fevereiro de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/...>> Acesso em: 03 abr. 2012.

BRASIL. Decreto n. 76.664, de 24 de novembro de 1968. Aprova o Estatuto da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e dá Outras Providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de novembro de 1968. Disponível em: <<http://br.vlex.com/vid/estatuto-geografia-estatistica-ibge-34204938>>. Acesso em: 05 mai. 2012.

DIRETÓRIO REGIONAL DE GEOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Relatórios das Atividades Geográficas no Estado do Rio de Janeiro - 1938-1965. In: DEPARTAMENTO GEOGRÁFICO. **Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro**. n. 1 ao 16. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio / IBGE, 1948-1965.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 180 de 22 de agosto de 1936. Cria o Departamento de Estatística e Publicidade. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 23 de agosto de 1936. Seção , p. 6-7.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 493 de 3 de agosto de 1938. Altera os ncargos do Departamento de Estatística e Publicidade e o Denomina Departamento Estadual de Estatística. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 4 de agosto de 1938. Seção 1, p. 3-7.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto-lei n. 1648 de 13 de maio de 1946. Cria, na Secretaria de Viação e Obras Públicas, o Departamento Geográfico. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 14 de maio de 1946. Seção 1, p. 1-2.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 15.324 de 9 de agosto de 1971. Cria a Fundação Estadual de Geografia e Estatística e Dá Outras Providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 10 de agosto de 1971. Seção 1, p. 16-17.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 17 de 15 de março de 1975. Aprova os Estatutos da Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro

(FIDERJ). **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 16 de março de 1975a. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/...>>. Acesso em: 03 abr. 2012.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 18 de 15 de março de 1975. Aprova os Estatutos da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM). **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 16 de março de 1975b. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/...>>. Acesso em: 03 abr. 2012.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto-lei n. 338 de 22 de dezembro de 1976. Autoriza a Instituição da Fundação Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro (FESP-RJ) e Dá Outras Providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 23 de dezembro de 1976. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/...>>. Acesso em: 03 abr. 2012.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei n. 319 de 06 de junho de 1980. Autoriza o Poder Executivo a Promover Extinção, Alteração de Vinculações e Fusão de Entidades da Administração Indireta e de Fundações. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 07 de junho de 1980. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/...>> Acesso em: 04 abr. 2012.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Decreto n. 10.197 de 31 de julho de 1987. Aprova o Estatuto da Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE). **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 01 de agosto de 1987. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/...>>. Acesso em: 04 abr. 2012.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Lei n. 5420 de 31 de março de 2009. Dispõe Sobre a Incorporação da Fundação CIDE pela FESP, Altera a Denominação da FESP para Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, 01 de abril de 2009. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/...>>. Acesso em: 04 abr. 2012.

FUNDAÇÃO CEPERJ. **Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2011 – Versão On-line 2011**. Disponível em: <[http://www.fesp.rj.gov.br/ceep/ent/anu\\_online.html](http://www.fesp.rj.gov.br/ceep/ent/anu_online.html)>. Acesso em: 10 out. 2012.

FUNDAÇÃO CIDE. **Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2005**. Rio de Janeiro: SECPLAN/CIDE, 2005. 425p.

FUNDAÇÃO CIDE. **Estado do Rio de Janeiro – Regiões de Governo**. Rio de Janeiro: Coordenadoria de Estudos e Pesquisas, 2009. p. 1-7.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ALERJ, 1976. 793p.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil – Leste**, Rio de Janeiro, IBGE, 1950. 103p.

IBGE. Resolução n. 31, de 10 de julho de 1937 da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística. Regulamenta o Conselho Brasileiro de Geografia. **Resoluções da Assembleia Geral** n. 1 a 320, Rio de Janeiro, DF, 1951. p. 7-8.

IBGE. Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas - 4vol. Rio de Janeiro, 1968, v.1, 279p. v.2, 280-795p. v.3, 796-1315p. v.4, 1316-1578p.

IBGE. Divisão do Brasil em Mesorregiões Homogêneas. In: IBGE. Sinopse Estatística do Brasil 1977, Rio de Janeiro, v. 5, p. 27-43, 1977.

IBGE. Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas. Rio de Janeiro: IBGE/Diretoria de Geociências, 1990a. 135p.

IBGE. Resolução do Conselho Diretor n. 29. Altera a Estrutura Organizacional do IBGE. Boletim de Serviço n. 1776, de 31 de agosto de 1990, Rio de Janeiro, RJ, 1990b. p. 11-19.

IBGE. Resolução do Conselho Diretor n. 10. Implanta a Estrutura Organizacional do IBGE. Boletim de Serviço n. 1794, de 25 de fevereiro de 1992, Rio de Janeiro, RJ, 1992. p. 1-17.

SECPLAN. Plano de Desenvolvimento Econômico e Social – 1988-1991. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Planejamento e Controle, 1987. 395p.

SEPLAG. PPA/RJ – Plano Plurianual 2012-2015 – Volume 1. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, 2011. 46